Contribuições do GTPE sobre retorno às aulas na UFF

Historicamente, a ADUFF, tanto quanto o ANDES-Sindicato Nacional, empreendem esforços na luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Nos últimos anos, discutimos como os sucessivos ataques à educação, em especial a EC 95 (que estabeleceu o congelamento de diversos investimentos públicos) e mais os cortes realizados – aproximadamente 20%, tendo em conta as previsões de 2021/2015 (R\$ 145,70/174,4 bi). Seguimos questionando o aprofundamento do processo de precarização dos serviços públicos e, em especial, da Educação Básica e Universidade. Nesse ambiente de perdas e restrições, diante do debate a respeito do retorno presencial insistentemente perguntamos: para qual universidade voltaremos? Tal tema, discutido em *lives*, assembleias, reuniões com o Conselho de Representantes/CR e Grupo de Trabalho de Política Educacional/GTPE, segue em relevo diante do retorno presencial, estabelecido pela Resolução CEPEX/UFF nº 637 de 02 de fevereiro de 2022.

Para além das preocupações latentes, durante todo o período de isolamento social e trabalho emergencial remoto, realizado por toda a categoria, neste momento, estamos constatando o aprofundamento da precarização na UFF. Diversos relatos a respeito da estrutura e funcionamento, oriundos de variados locais de trabalho, realçam as análises da ADUFF sobre o aprofundamento da precarização no interior da Universidade.

Tão preocupante quanto o aprofundamento da precarização, que não se constitui em fenômeno isolado no interior da UFF, mas é parte de um projeto de destruição da educação pública, é a tendência de manutenção do ensino “híbrido”, podendo ser mediado por tecnologias¹ em até 50% da carga horária total (p. 05 da Resolução).

Diante disso, entendemos que não se trata apenas de uma Resolução que estabelece uma estratégia para o retorno presencial, seguro e gradativo e, sim, de um projeto de transformação da universidade pública brasileira, tomando centralmente a substituição do ensino presencial em ensino a distância, ainda que isso tente ser escamoteado no texto da Resolução:

¹ Seria essa uma tentativa para não configurar o EAD, pois essa necessita/prevê, legalmente, uma estrutura física (adequada), curricular e pedagógica que a proposta da mediação por tecnologia não atende, por exemplo, oferecendo aos e às estudantes plataformas digitais próprias e específicas, material didático e currículo específicos, encontros presenciais (tutoria) compatíveis com o projeto/estrutura EAD. A mediação por tecnologia mantém a precarização estrutural, político-pedagógica e tecnológica/digital de estudantes e docentes.

CONSIDERANDO que as atividades mediadas por tecnologias digitais no contexto da pandemia se diferenciam da oferta da modalidade de educação a distância – EAD – por apresentarem concepção didático-pedagógica centrada no discente e na mediação docente permanente, por meio da aprendizagem colaborativa em rede (p. 03).

Em face disto, o GTPE da ADUFF apresenta uma leitura da Resolução CEPEX/UFF nº 637 de 02 de fevereiro de 2022, pretendendo contribuir com os debates, já em curso na ADUFF, e principalmente para a construção de nosso posicionamento político-sindical.

Iniciamos identificando que, apesar de ensejar, desde os “considerandos” – “que o uso de recursos educacionais digitais, de tecnologias de informação e comunicação, precisa estar inserido em um contexto articulado de mediação pedagógica” (p.02), em nenhum momento do ensino emergencial remoto a UFF ofereceu condições mínimas- computadores, internet... – para que os docentes realizassem seu trabalho.

Como apontam as denúncias contidas em diversos estudos na área, é evidente na Resolução a preocupação com o quantitativo e não com o qualitativo, quanto à formação dos estudantes: “CONSIDERANDO a necessidade de promover o sucesso acadêmico, combater a retenção e evasão [...]” (p. 03). Nenhuma palavra sobra para a questão da qualidade do ensino, a mobilização para a pesquisa e a ação extensiva.

Ainda que previsto, “§3º A utilização de máscaras, de acordo com as regras sanitárias vigentes, e a comprovação vacinal são obrigatórias em todos os ambientes da Universidade Federal Fluminense.”, a Resolução não estabelece a garantia de que a UFF oferecerá tais condições.

Uma das preocupações maiores no estudo da Resolução é o entendimento de “Educação presencial Mediada por Tecnologia” que, como já exposto, implica uma mudança na compreensão do ensino presencial, enquanto prática social, no interior da UFF, uma vez que o presencial pode ser substituído pelo virtual. (p. 04), conforme se pode depreender do art. 2º da Resolução:

Art. 2º Para efeitos desta Resolução, os componentes curriculares com carga horária teórica, prática, teórico-prática, extensão e estágio serão desenvolvidos em cada curso de graduação considerando os formatos Educação Presencial e **Educação Presencial Mediada por Tecnologia**. §1º A Educação Presencial e a Educação Presencial Mediada por Tecnologia, definidas nesta Resolução, são formatos de educação presencial que não se configuram como aprendizagem híbrida, que, nos termos colocados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), implicaria em mudanças específicas no

Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) (p. 04- grifo nosso).

E complementa:

Art. 4º A Educação Presencial Mediada por Tecnologia é uma estratégia pedagógica que consiste na integração entre as práticas pedagógicas presenciais e os meios e tecnologias digitais de informação e comunicação nos processos de desenvolvimento de atividades de ensino, aprendizagem e avaliação em cursos de graduação presencial, com alternância de momentos e atividades síncronas e assíncronas sob a mediação docente (p. 05).

Já no parágrafo único do Artigo 11, há abertura para a opção entre o presencial “ou” presencial mediado por tecnologias: “Parágrafo único – Para cada componente curricular – disciplina será atribuído o formato Educação Presencial ou Educação Presencial Mediada por Tecnologia.” (p. 06).

Cabe-nos, ainda, questionar quais seriam os espaços “fora” para a realização da formação acadêmica, uma vez que os de aprendizagem estão previstos:

Art. 3º A Educação Presencial é a modalidade de ensino regular para os cursos de graduação presencial, caracterizada pelo desenvolvimento de atividades de ensino, aprendizagem e avaliação que envolvam a presença do estudante dentro **ou fora dos espaços de aprendizagem**, sob a mediação do docente. §1º Espaços de aprendizagem são aqueles que possibilitam aos estudantes a interação com os conteúdos de estudos, sob mediação docente, de forma dialógica, colaborativa, crítica e reflexiva. §2º São considerados espaços de aprendizagem na Educação Presencial: salas de aula, bibliotecas, laboratórios, museus, ambulatórios, escritórios, espaços de trabalho de campo, espaços ao ar livre, quadras e campos de esporte, salões de práticas de atividade física, pistas de atletismo, piscina, entre outros (p. 04-05).

Preocupante também é o item que identifica as “estratégias pedagógicas” sem a necessária utilização dos meios e tecnologias de forma integral. Seria a utilização de parte da carga horária dos componentes curriculares em atividades sem mediação do professor? (p. 05).

§3º A realização de atividades pedagógicas no formato Educação Presencial contempla a integração entre as atividades presenciais e **estratégias pedagógicas sem a necessária utilização dos meios e tecnologias digitais de informação e comunicação para a sua execução integral** (p. 05- grifo nosso).

Questionamos, em face do art. 15 da Resolução, qual é o limite de incorporação aos PPC, quando os referidos planos estabelecem o ensino presencial mediado por tecnologias e quais seriam as **atualizações** aceitáveis?

Art. 15. As ações de planejamento e organização das atividades do semestre letivo considerarão as seguintes responsabilidades e aspectos: [...] b) referendo dos Planos de Atividades dos componentes que serão oferecidos, para, em momento oportuno, **incorporá-los ao Projeto Pedagógico do Curso**; c) proposição da **atualização**, quando necessário, de atos normativos próprios que tratem de temas concernentes a esta Resolução (p. 07- grifo nosso).

Questionamos ainda: como seria o registro da frequência dos estudantes nos componentes presenciais mediados por tecnologias? Estudantes deverão utilizar as câmeras durante toda a aula? A Universidade irá oferecer esse artefato para docentes e discentes? Em especial para o primeiro semestre, já que há previsão do registro para o segundo semestre: “II – o registro de frequência do discente em todos os componentes curriculares, a partir do segundo semestre letivo de 2022” (p. 13). Examinando nos detalhes, cabe outra preocupação: “§1º A aferição de frequência em atividades fora dos espaços de aprendizagem e mediadas por tecnologia devem ser realizadas por instrumentos diversificados e apropriados” (p. 14). Quais instrumentos são esses?

Por fim, e não menos preocupante, no Anexo I, cujo preenchimento será realizado pelo docente, há espaço para “ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA ATENDER ESTUDANTES QUE NÃO TÊM ACESSO DIGITAL ADEQUADO OU APRESENTAM ALGUMA NECESSIDADE ESPECIAL” (p. 17), entendida por nós como uma obrigação da universidade, em função da exigência de oferta de ensino de qualidade, e não dos docentes.

O quadro geral e o debate acumulado evidenciam a necessidade de, no âmbito da Universidade Federal Fluminense, ouvindo e compartilhando com a comunidade acadêmica tais questões, objetivar ações organizadas para atingir demandas do presente, e pautar iniciativas que contemplem respostas visando a um futuro imediato. São, objetivamente, as inserções e planos de estudantes o foco da atenção. É estrutural o desmonte, que conjuntamente essas medidas agravam. Atinge estudantes e implica a eliminação de postos de trabalho, além de favorecer empresas que se instalarão para oferecer “serviços” e materiais, como as OS já o fazem. Está em debate o direito ao trabalho e, antes e concomitantemente, o direito à formação.

O prosseguimento das ações da ADUFF/GTPE inclui o levantamento das formas como os diversos Departamentos e Unidades lidarão com a Resolução. Interessa-nos recolher tais informações, organizar as respostas, de modo a obter um quadro a respeito da dinâmica em que se envolvem trabalhadores – docentes e técnicos – tanto quanto estudantes. Evidentemente que nossa contribuição, para cumprir com sua finalidade, pretende colaborar

com e impulsionar o Sindicato na sua ação em defesa da educação de qualidade, gratuita e socialmente referenciada. Esse é o ponto de partida e o ponto de chegada de nosso trabalho.

Não se restringe a iniciativa aos cursos de graduação. Estudantes da Educação Básica – COLUNI – também estão implicados. Nem devemos superestimar a pós-graduação acadêmica, que também sofre com as restrições impostas e mal enfrentadas. Profissionais e Estudantes de escolas públicas são igualmente visados neste cenário, quando denunciam a repercussão das medidas governamentais em curso. O “novo ensino médio” é a ameaça mais evidente, no momento.

GTPE/ADUFF.